

***GUARDANDO MEMÓRIAS, CONSTRUINDO
HISTÓRIAS: O INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DO AMAZONAS – IGHA - ORIGENS,
ACERVO E BALANÇO HISTÓRICO***

***KEEPING MEMORIES, BUILDING STORIES:
THE AMAZONAS GEOGRAPHIC AND
HISTORICAL INSTITUTE – IGHA - ORIGINS,
COLLECTION AND HISTORICAL REPORT***

Bruno Miranda Braga¹
José Geraldo Xavier dos Anjos²

RESUMO: Neste texto esboçamos um brevíário das origens do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas o IGHA, destacando o perfil dos sócios fundadores e suas atribuições como membros da primeira diretoria. Nos anos 1910-1917, a cidade de Manaus vivenciava além de uma letargia econômica um impulso para a criação de fundações ligadas a uma formação intelectual; surgiram nesse intervalo de tempo a Universidade Livre de Manaus, a Academia Amazonense de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico. Assim, o artigo está composto de quatro partes nas quais apresentamos um balanço da cidade de Manaus entre 1910-1917, a ideia e consolidação do Instituto, breves notas bibliográficas e aspirações sociais bem como o envolvimento dos fundadores por fim, apresentamos as dependências do nosso Instituto: a sede, o acervo documental, a biblioteca, as obras raras, as obras de arte, e no último item, apresentamos um pouco do Museu, suas peças, obras e elementos compositivos.

PALAVRAS-CHAVE: Amazonas. História. IGHA. Pesquisa.

¹ Doutor em História Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUCSP. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Amazonólogo, Especialista em Estudos Amazônicos pela Universidade de Brasília UnB. Especialista em Gestão e Produção Cultural pela Universidade do Estado do Amazonas UEA. Licenciado em Geografia e em História. Membro efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA, ocupando a cadeira nº 38 cujo patrono é etnólogo e antropólogo alemão Karl von den Steinen. Atualmente, professor da Faculdade Católica do Amazonas. E-mail: brunomirandabraga@gmail.com.

² Especialista em Sistema de Informação voltado para o Usuário pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Especialista em História da Saúde na Amazônia pela Fundação Oswaldo Cruz FIOCRUZ. Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Membro efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA, ocupando a cadeira nº 20 cujo patrono é o naturalista inglês Francis de Laporte de Castelnau. É também Membro Titular da Academia Amazonense de Letras AAL. E-mail: maihgeraldo107@hotmail.com.

ABSTRACT: In this text we outline a breviary of the origins of the Geographic and Historical Institute of Amazonas, IGHA, highlighting the profile of the founding partners and their duties as members of the first board of directors. In the years 1910-1917, the city of Manaus experienced, in addition to economic lethargy, an impulse to create foundations linked to intellectual training; During this period of time, the Free University of Manáos, the Academia Amazonense de Letras and the Geographic and Historical Institute emerged. Thus, the article is composed of four parts in which we present an overview of the city of Manaus between 1910-1917, the idea and consolidation of the Institute, brief bibliographical notes and social aspirations as well as the involvement of the founders, finally, we present the dependencies of our Institute: the headquarters, the documentary collection, the library, the rare works, the works of art, and in the last item, we present a little of the Museum, its pieces, works and compositional elements.

KEYWORDS: Amazon. History. IGHA. Search.

Introdução. Manaus entre 1910-1917: os primeiros decênios do século XX no Amazonas e a intelectualidade da borracha

Após a instauração da Província no Amazonas no ano de 1850, o Amazonas passou a se remodelar/moldar nas novas estruturas que o regime imperial exigia. Manaus, que passou a ser cidade e capital da nova unidade imperial em 1848 naqueles anos, iniciava uma corrida para cumprir as novas exigências que lhe foram postas.

Num período que se estende de 1880-1920 aproximadamente, a produção da goma elástica fez com que parte do Amazonas e sua capital, Manaus enriquecessem em número avassaladores para o período, concordando com autores e autoras especializados no assunto e na temporalidade (DAOU, 2014; DIAS, 2007; UGARTE, 2003; COSTA, 2016), sabemos que a cidade ao se tornar palco desses acontecimentos invisibilizou diferentes atores e artífices num discurso apenas do portento, no qual tudo era “luxo, alegria e sofisticação”, porém como afirmam as referidas autoras, as pessoas especialmente as mais pobres eram constantemente atacadas e repelidas pela municipalidade e, “expulsas para o mais longe das vistas públicas”. Era a modernidade que chegava ao Amazonas.

No Brasil do XIX, não existia uma democracia, mas uma hierarquia. Com Von Martius, surge o mito da democracia racial na qual as três raças vivam em consonância na terra brasilis, e ambas ajudaram em sua constituição. Mas a intenção geral era formar uma nação branca, alva, onde a história era da elite e para a elite, excluindo assim aqueles que não faziam parte desse núcleo social. Levando a crer que as cidades desse período fossem todas

uníssonas e majoritariamente constituídas por uma elite branca. Mas em Manaus por exemplo, as práticas apontam para caminhos que simbolizam uma cidade bem diferente, uma cidade indígena, cabocla, mestiça que inclusive ainda preferia utilizar em sua fala a Língua Geral, o Nheengatu.

O período dos anos finais do século XIX, e prelúdio do XX, ficou conhecido como *belle époque*, termo este que no léxico da História Cultural “indica um complexo processo de relações culturais, sociais e mentais, mas também materiais e políticas, desenvolvidas no interior de um corpus reconhecido historicamente como o da cultura burguesa” (COELHO, 2011. p. 141). Neste período, Manaus moldou-se a diferentes estilos, “improvisando uma cidade nos trópicos”, levando a novidade urbana e espiritual que a *belle époque* e a cultura burguesa queriam.

Após os anos finais do século XIX, Manaus adentra ao século XX como “capital mundial da borracha”, e as mudanças continuam... Ao iniciar essas mudanças, se começa aquilo que Renato Ortiz (1991, p. 21) chama de “segundo século XIX”, que vai de 1850 a 1914. Portanto, o surgimento da nova sociedade moderna é apresentado através de suas cidades, sua urbanização, suas transformações sociais, símbolos etc. Analisando o caso francês, o autor referido propõe que a Europa, e principalmente a França, não iria ficar trancafiada em suas próprias mudanças. Era preciso exportá-las. Não houve mercado melhor para essa influência do que os países recém-independentes da América Latina, entre eles o Brasil, dentre as cidades brasileiras, Manaus que se encontrava num processo de esplendor capital, visto que a “descoberta do país das seringueiras”, proporcionariam uma nova urbe, mas não foi tão simples assim.

Nesse segundo século XIX, em 1910, precisamente, um jornalista norte-americano, E. Bradford Burns (1966, p. 06) ufanista afirmou que “Manaus reinava como a capital mundial da borracha. Mais de vinte anos de produção crescente, exportação contínua e de preços em elevação, haviam criado a prosperidade, da qual a cidade era a evidência mais ampla”. A atmosfera próspera da cidade, e o elevado preço da borracha nas balanças econômicas mundiais faziam a crença do “enriquecimento” ser endossada. No texto de Burns vemos um certo tom de elevação da cidade, o autor mostrou o lado do luxo da *belle époque*, mas “esqueceu-se” de mostrar os demais aspectos do cotidiano da cidade capital da borracha.

Segundo autores como Lená Medeiros Menezes (1996), Sandra Pesavento (1997, Maria de Nazaré Sarges (2010), o espaço público era um espaço político, onde se desenvolvia as artimanhas e jogos políticos. Mas, se nem tudo foi belo, em Manaus na belle époque, no político era mais evidente, uma vez que, “champanhes e eleições manipuladas, caracterizavam todos os países latino-americanos no limiar do século XX”. (CHASTEEN, 2001, p. 161)

Assim, a política em Manaus no limiar do século XX, era marcada por disputas e manipulações que levavam avante, quem os membros da elite queriam manter no poder. E essa elite política, juntamente com a elite econômica, ditavam a seu prazer e favorecimento como se daria o arquitetar da cidade, bem como a maneira na construção de uma narrativa histórica sobre seu assentamento e acontecimentos “notáveis”, vale destacar que a própria criação do IHGB, em 1838, um dos feitos do século XIX, procurou dar uma história para o Brasil, uma história grandiosa, Varnhagen assumiu a incumbência de escrevê-la, mostrando sua visão para os habitantes da Terra Brasilis, assim o arquitetar não somente no sentido de prédios e urbanizações, arquitetar no sentido de manipular, jogar, armar, fazer coisas para permanecerem com seus poderios indissolúveis.

Nas duas primeiras décadas do século XX, Manaus além de próspera aspirava a modernidade; era uma cidade pacata, delicada e “doce e dura em excesso”³. A cidade nesse período voltou-se a formar uma intelectualidade local, formar espaços de pesquisa e discussão sobre os aspectos da sociabilidade, da cultura, da economia e da política locais. Em 17 de janeiro de 1909, se criou a Escola Universitária Livre de Manáos, que em 1913 foi renomeada para Universidade de Manaus e que anos mais tarde, em suas bases, originou-se a Universidade do Amazonas, atual Universidade Federal do Amazonas UFAM. (BRITO, 2011). Em 01 de janeiro de 1918, após diferentes debates, e reuniões de intelectuais, se fundou a Sociedade Amazonense de Homens de Letras, atual Academia Amazonense de Letras.⁴ Para além disso, foi nessas décadas também que muito “doutores”, filhos “da elite seringalista” concluíam seus cursos superiores em demais estados e fora do Brasil e retornavam ao Amazonas para exercerem seu métier e formarem uma elite intelectual.

³ A expressão é do geógrafo José Aldemir de Oliveira, frase que dá título a um dos seus livros: OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus 1920-1967: a cidade doce e cura em excesso. Manaus: Valer/Edições do Governo do Estado do Amazonas, 2003.

⁴ A informação foi obtida no site da Academia Amazonense de Letras, cujo endereço é: <https://academiaamazonensedeletras.com/historico/>. Acesso em 20/09/2024.

Maria Luíza Ugarte Pinheiro (2015, p. 126) apresenta-nos que antes mesmo da criação das instituições de intelectuais, foi do meio “jornalístico que saíram os nomes que mais tarde estabeleciam as bases para a criação e desenvolvimento das mais importantes agremiações científicas e literárias amazonenses”.

E nesse período que a cidade começou a consolidar inclusive uma novidade em termos de historiografia e intelectualidade. No ano de 1917, entre a criação da Universidade Livre de Manaus, e a Academia Amazonense de Letras, um grupo de intelectuais, notórios saber, filhos da terra, e herdeiros da borracha, configuram as bases e preconizam o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, que abordaremos a seguir.

O presente artigo, está composto de quatro partes nas quais apresentamos um brevíário sobre o IGHA. inicialmente, apresentamos os anos iniciais, o nascimento do silogeu, seus primeiros membros, a consolidação; seguindo no item dois traçamos um perfil dos fundadores, com notas biográficas e suas aspirações sociais e seus envolvimento no cenário amazonense cultural e político; nos itens três e quatro, apresentamos as dependências do nosso Instituto: a sede, o acervo documental, a biblioteca, as obras raras, as obras de arte, e no último item, apresentamos um pouco do Museu, suas peças, obras e elementos compositivos.

Esperamos por fim, que a leitora, o leitor conheça um pouco da história do nosso Instituto e de sua composição documental, que, pode em algum momento ser auxiliado em sua pesquisa ou mesmo curiosidade.

1917: nasce o IGHA

Instituto Geographico e Historico do Amazonas.

A 25 de Março do anno corrente, foi fundada em Manaus esta Associação Científica, sob os auspícios do Estado, tendo por fins o estudo, discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da Geographia, da Historia e das sciencias a ellas connexas, nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e applicações, reunindo, concatenando publicando e archivando documentos e trabalhos concernentes ao Brasil e especialmente ao Estado do Amazonas.

Installada solennemente a 18 de maio, veio preencher sensível lacuna em nosso meio, pois, o Amazonas era uma das poucas circumscripções do Paiz que não possuía ainda sociedade desta natureza.

Pedro de Alcantara Bacerllar, governador do Amazonas, 1917.

“Tendo por fins o estudo, discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da Geografia e da História e das ciências a elas conexas...” assim se reportava ao nascente Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, esse trecho, consta ainda como parágrafo 2º do Primeiro Artigo dos Estatutos do IGHA. O IGHA, desde sua concepção foi envolvido no discurso de promoção da Geografia e da História, enfatizando suas aplicações e seus auspícios.

O ano de 1917 está inserido no contexto da Primeira Guerra Mundial que se estendeu até o ano de 1918. Naqueles anos, a cidade de Manaus crescia e se expandia em termos geográficos e territoriais. A cidade ainda produzia borracha, mas em escala ínfima, a queda do produto intensificava a vida da cidade, que de tudo fazia para sobreviver, a cidade também produzia e exportava alguns gêneros regionais: pirarucu, farinha, castanhas e outros produtos característicos da região.

A Universidade Livre de Manáos seguia com seus cursos e formações, a imprensa local, que teve as atividades iniciadas ao longo do século XIX, se fortalecia e grupos ligados a intelectualidade local se expandia também.

Foi numa manhã típica do sol de março da região amazônica – 11 de março, daquele 1917 - que um grupo de intelectuais se reuniram para propor uma ideia a criação do Instituto. Formou-se naquele dia uma comissão que seria a responsável pela elaboração do Estatuto da Instituição. Aqueles homens formaram além da comissão, a primeira geração de membros - os membros fundadores do IGHA-, eram eles: Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Vivaldo Palma Lima, Henrique Rubin, e os coronéis: Antônio Ribeiro Clemente Bittencourt e Agnello Bittencourt. Cada um ao longo de sua vida e produtividade, legaram um conjunto de pesquisas e obras que se tornaram iniciais para os estudos amazônicos e as prospecções que se tornaram fundamentais sobre a região.

Esses intelectuais, estavam de acordo com José Murilo de Carvalho (2000. p. 138) marcado por uma retórica que partia de “protocolo de leitura fornecido pela forma retórica de argumentação”, e produziam seus estudos a partir da visão holística, uma vez que a formação desses homens era diferente do métier de pesquisador que exerciam.⁵

⁵ Em sua maior parte, eram médicos e advogados, ou políticos que se designavam a estudar os temas regionais. No item seguinte, falaremos sobre as trajetórias desses primeiros membros do Instituto.

Após estabelecido, o estatuto foi encaminhado ao então governador do Amazonas Pedro de Alcântara Bacellar⁶, que oficializou o Instituto. E na manhã ensolarada de 25 de março de 1917, houve a assembleia de fundação do IGHA, que a partir daquele dia formalizou o estabelecimento. Naquele dia também, foi efetivado os nomes do corpo administrativo e da primeira presidência, sendo assim composto: Bernardo Ramos como presidente, Agnello Bittencourt de primeiro secretário, Henrique Rubin de segundo secretário, Antônio Bittencourt na função de tesoureiro e Vivaldo Lima como orador.

No início do século passado, o periodismo amazonense vivenciava seu apogeu, de acordo com a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015. p. 146), e os intelectuais ligados a essa atividade “consolidaram espaços institucionais de consagração e legitimação, por meio da criação de instituições culturais que, restritas ao espaço da elite, ampliaram o poder de grupos intelectuais cada vez mais seletos”. Nessa linha de pensamento, as primeiras gerações de membros e sócios do IGHA eram ligados a elite econômica e política amazonense, e formavam naqueles anos a “elite intelectual”.

Na figura 01, seguinte, vemos a sessão de Instalação do IGHA, que se deu na Sala do Conselho Municipal de Manaus, pois a sede do Instituto ainda estava a ser definida.

Figura 01: Sessão de Instalação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA. 25 de março de 1917



Fonte: acervo IGHA

⁶ Pedro de Alcântara Bacellar médico, e político brasileiro nascido em Feira de Santana na Bahia, foi “presidente-governador” do Amazonas entre 1917-1921, nomeado pelo presidente Venceslau Brás.

O IGHA, foi uma das tentativas que em 1917 Manaus viu surgir em termos de entidade de intelectuais, nisso:

Promovidas por vários intelectuais que se dedicavam brilhantemente ao cultivo das belas letras, antes de 1917, houve diversas tentativas para a consecução definitiva de um agrupamento que selecionasse os beletristas amazonenses, proporcionando-lhes o ensejo de poderem reunir-se em memoráveis sessões acadêmicas. (CASTRO, p. 155)⁷

O próprio autor da citação acima foi uma testemunha ocular e integrante daquele movimento. É sugestivo pensar que a intelectualidade como afirma o autor, bem como a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015) é aquela geração que iniciou os movimentos antes de 1917 que vão progressivamente fundar as instituições. Pinheiro (2015, p. 147) nos diz ainda que “com os sentimentos nacionalistas aflorados pela Grande Guerra”, os grupos intelectuais fizeram nascer o IGHA, em 1917, e a Academia em 1918.

Nesse sentido, o ano de 1917 marca a estruturação e instauração do IGHA, consolida, de fato seu escopo, e sua política interna e externa e o também o início da composição de seu acervo.

Nos cinco primeiros anos de após sua fundação, são comuns nas mensagens e falas dos governantes palavras de portento, agraciando como um bem de importância a cultura do Estado e da cidade de Manaus. O IGHA naqueles anos iniciais detinha uma política de ingresso, admissão ao corpo de membros e sócios que ao longo dos anos foi sendo atualizado, alterado em detrimento das exigências temporais de cada período. Da mesma forma que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro IHGB, o IGHA em seus anos iniciais era amplamente apoiado pelo governo, nesse sentido, a necessidade de projeção dos governantes como promotores e apoiadores de instituições de ciências era para seu métier uma positividade, e “ser visto como apoiador da pesquisa” fazia que muitos se firmassem na política, e no IGHA, não foi diferente.

Em termos historiográficos e se pensarmos a construção de uma identidade histórica amazonense toda a narrativa e pesquisa realizada pelo IGHA era considerada oficial,

⁷ Isso foi escrito por Mavignier de Castro, advogado e administrador que atuou em boa arte do cenário político amazonense em meados do século XX, foi também membro da Academia de Letras AAL e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

e determinados discursos se tornaram imagem comum no discurso sobre Manaus e o estado do Amazonas.⁸

Tomando como base o Estatuto de Fundação do silogeu, o documento de 1917, o Instituto estaria apto a realizar pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento das humanidades: história, geografia, economia, política, filosofia, antropologia, e áreas externas as humanas como astronomia, botânica, limites e territórios geologia, navegação, comércio, do Brasil e com maior destaque do Amazonas e da Amazônia.

Perfil dos fundadores

A Amazônia vivia os últimos anos do fausto da borracha, quando um grupo de estudiosos, em 11 de março de 1917, reuniu-se, no Paço da Intendência Municipal, para lançar as bases de fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

A comissão organizadora do IGHA, saída da 1ª reunião, ficou constituída pelo Cel. Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Dr. Vivaldo de Palma Lima, Cel. Henrique Rubim, Sr. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e Agnelo Bittencourt. Apenas uma semana decorrida e o Projeto dos Estatutos já estava em discussão. Desta vez, em reunião realizada no Salão do Conselho Municipal de Manaus.

A fundação do IGHA, com a votação da redação final dos Estatutos e posse do 1º Corpo Dirigente, constituído do Cel. Bernardo Ramos (Presidente), Agnelo Bittencourt (1º Secretário), Henrique Rubim (2º Secretário), Antônio Bittencourt (Tesoureiro) e Vivaldo Lima (Orador), ocorreu em 25 de março de 1917, sendo formadas as Comissões de Sindicância, Redação do Estatuto, Regimentos e Regulamentos; de Finanças; de Redação da Revista do IGHA; de Geografia; de História; de Observação Astronômicas; de Arqueologia;

⁸ A historiografia amazonense nasce ligada ao IGHA. A pesquisa produzida em primeira escala era voltada a cidade de Manaus, seus fazeres e sua modernização. Era uma história plenamente ligada a “grandes feitos de grandes homens”, a história construída por longos anos no Amazonas era ufanista, pouco crítica e muito memorialística. Lembremos que os primeiros membros do Instituto eram basicamente “filhos da elite social e política”, e logo, “herdeiros do látex”. Nos anos 1960-1970, com a produção de Arthur Cesar Ferreira Reis, que foi interventor do Estado, a narrativa começa a ser alterada, paulatinamente. Com a instalação do curso superior de Licenciatura em História, nos anos 1980 na então Universidade do Amazonas, atual Universidade Federal do Amazonas, a produção e escrita histórica começa a assumir uma vertente mais acadêmica, ligada a formação superior da área. Daquela década, para cá, a escrita das Histórias sobre o Amazonas e suas gentes, tem se intensificado. Destacamos que apensar das divergências no tocante a escriturística, hoje a História, quer ligada a Universidade, quer a produzida no IGHA, se entrelaçam e juntas, constroem versões sobre eventos e acontecimentos e gentes da região.

de Antropologia; de Botânica e Zoologia; de Geologia e Mineralogia: de Filologia; de Agricultura e Zootecnia; de Comércio; de Indústria e Navegação de Numismática, Tombamento e Pesquisa de Documentos. Essa enorme gama de Comissões bem demonstrava o alto saber dos fundadores do IGHA.

O IGHA se consolidou, recebendo doações as mais diversas de sócios e não sócios, passando a funcionar a partir de 13 de maio de 1917, na sua sede atual, na época Rua da Municipalidade, hoje Rua Bernardo Ramos.

Quando o IGHA já conquistará a confiança e o respeito do povo amazonense, seja pelos trabalhos no campo da Astronomia, realizando observações do eclipse solar ocorrido em 25 de maio de 1919, seja pelo constantes trabalhos e intervenções nas questões dos limites do Amazonas, graves conflitos ocorreu entre seus associados. (ANJOS, 2023. p. 14)

O Presidente Bernardo Ramos e o 2º Secretário Henrique Rubim foram destituídos de seus cargos, sob a acusação de atentarem contra o artigo 77 dos Estatutos, tentando realizar reunião de caráter político no IGHA. Face ao ocorrido, assume a Presidência Sr. Antônio Ayres de Almeida Leite, tendo como Secretário os Srs. Francisco Lopes Braga e João Batista de Faria e Souza.

Somente fevereiro de 1920, para o triênio 1920/1923, foi eleita nova Comissão Administrativa, que ficou assim constituída: Presidente, Cel. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, Vice-Presidente, Antônio Ayres de Almeida Freitas; e 2º Vice-Presidente Franklin Washington da Silva Almeida. (ANJOS, 2023. p. 14)

Durante os anos de 1921 e 1922, o IGHA, através de seus associados, participou ativamente da organização e dos festejos do Centenário da Independência, fazendo realizar diversas exposições e apresentando inúmeras sugestões.

A revolução de 1924, mereceu o IGHA nota explicativa na imprensa, em que se ressaltou ao seu caráter apertado, voltado a “colher e registrar para a História deste Estado e do Brasil, referidos acontecimentos e suas particulares circunstâncias”. (ANJOS, 2023. p. 14)

Nos anais do IGHA, em 1926, está registrado o grande pesar causado pelo falecimento do seu 2º Presidente, Cel. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt.

Com a viagem, em caráter definitivo, do Presidente Bernardo Ramos, para o Rio de Janeiro, em agosto de 1929, assume a Presidência o Dr. Alfredo da Mata, médico e filólogo, autor do livro “Flora Médica Brasiliense”.

Prosseguindo os trabalhos de organização e manutenção do arquivo e museu do IGHA, em 1930, o professor Arthur Cesar Ferreira Reis, propõe que seja solicitado a todas as Prefeituras do Interior do Estado a remessa de documentos e espécies da flora, da mineralogia e de outras, que sejam próprias das diversas regiões. (ANJOS, 2023. p. 14)

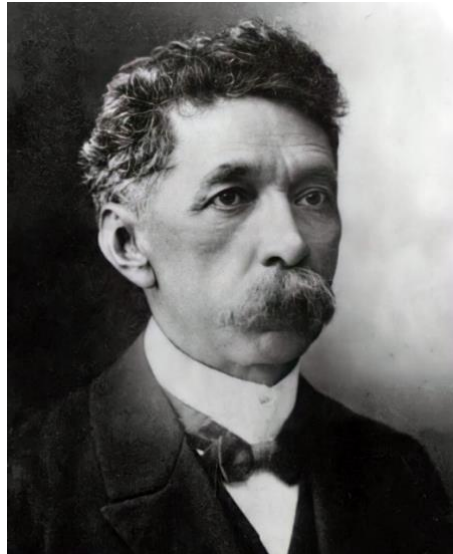
Nesse cenário, os primeiros membros, e a primeira diretoria, desempenhavam suas funções e, se destacavam no cenário político e social local. Passemos agora a destacar alguns feitos e uma breve biografia dos membros fundadores. Charles Falcão (2019. p. 93), em sua tese de doutoramento, mostrou que no caso do IGHA, “essa energia acumulada resulta da bagagem cultural apresentada pelos agentes sociais diretamente envolvidos no processo de sua concepção”.

O grupo dos membros fundadores, formado por Vivaldo Lima, Bernardo Ramos, Antonio e Agnello Bittencourt e Henrique Rubim, mostra que o Instituto nasceu formado por pessoas “ilustradas e com participação direta ou indireta no campo político local”. (FALCÃO, 2019. p. 93)

Antonio Bittencourt, por exemplo, já havia sido governador do Estado, Henrique Rubim, dentre outras ocupações, fora professor do ginásio Pedro II, da mesma forma que Agnello Bittencourt, que ainda havia sido professor de “geographia e chorographia” (Jornal do Commercio, 22/11/1909) da 94 Escola Universitária Livre de Manaus, “Inspector de Ensino”²³ e, alguns anos mais tarde, Diretor Geral de Instrução Pública no período de 1926-1929, Vivaldo Lima, transitava bem por esta área e anos mais tarde seria vereador entre 1923-1925 e deputado federal entre 1946-1951²⁴ e Bernardo Ramos que, dentre tantos cargos honoríficos, tinha a “patente de Coronel da Guarda Nacional, que lhe fora outorgada pelo Presidente Rodrigues Alves” (RAMOS; RAMOS, 1965, p.150-1). Destes, além de Bernardo Ramos, também exerceram a presidência do IGHA Antonio e Agnello Bittencourt. (FALCÃO, 2019. p. p. 93, 94)

De fato, os membros fundadores eram, reiteramos, ligados ao cenário político, social e cultural de Manaus, eram filhos de uma “elite local”, que também passaram a dispor de certo padrão intelectual e das belas-letas. Esses homens se tronaram artífices do pensamento amazônico e, nas sessões, reuniões e publicações do IGHA, passaram a preencher um silenciamento que existia no tocante a construção de uma historiografia e uma base daquilo que se passara a indicar como sendo do Amazonas. Cada um dos membros fundadores, possuía uma maneira pessoal de lidar com a escrita da história a luz de seus interesses. Passemos agora a discorrer sobre um brevíário de cada um deles.

Figura 02: Bernardo de Azevedo da Silva Ramos



Fonte: Jornal do Commercio

Disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/os-120-anos-do-museu-de-numismatica/>

Sócio fundador e primeiro Presidente do IGHA, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, parece ter sido uma daquelas “figuras populares e circulares” na cidade de Manaus. Nascido em Manaus no dia 13 de novembro de 1858, filho de Manoel da Silva Ramos, que foi um dos fundadores da imprensa no Amazonas, e de Jesuína Maria de Azevedo da Silva Ramos. Trabalhou na agência dos Correios de Manaus, e, na vida pública exerceu diferentes cargos sendo eleito “intendente municipal” (vereador) aos 21 anos. Foi um entusiasta e viajante conhecendo a Europa e o Oriente Médio pela Palestina ao Egito, nas viagens adquiriu conhecimentos de diferentes línguas, inclusive sânscrito e hebraico, bem como adquiriu elementos (moedas) de diferentes temporalidades e nações/reinos.

Foi também um proeminente comerciante, tendo fundado e presidido a Associação dos Proprietários de Manaus.

Dedicou-se em “campo privado” ao exercício de arqueólogo, e numismata. Escreveu um importante livro *“Inscrições e tradições da América prehistórica, especialmente do Brasil”*, no qual analisou as diferentes insígnias e marcas em rochas e elementos topográficos brasileiros.

No ano de 1967, cinquentenário do IGHA, o padre Raimundo Nonato Pinheiro, então Orador Oficial do Instituto, assim definiu Bernardo Ramos:

A Bernardo Ramos cabe, incontestavelmente, o lustre mais fúlgido da fundação. Foi o primeiro Presidente do Instituto. Egiptólogo eminente, historiador de nomeada, numismata preexcelso, foi ainda consagrado arqueólogo, revelando-se sempre incansável nas rebuscas e nas análises, com aquele devotamento às cousas do passado, só comparável à tenacidade dos monges da Idade Média, que salvaram para a Civilização os tesouros das Antiguidades Clássicas. Até hoje reboam pelas arcadas da Catedral de Manaus os ecos de sua conferência magistral sobre o Egito, proferida em 1912. Glorificado numa das ruas da capital amazonense, precisamente a artéria em que se ergue este soberbo templo da cultura, terá seu nome perpetuado nesta casa, à frente de cujo leme se encontrava, quando o nosso barco entrou a singrar as águas, ora serenas ora tumultuosas, destes cinquenta anos de existência. (PINHEIRO, 25 de março de 1967. Discurso em separata. Acervo IGHA)

Sem dúvidas, Bernardo Ramos se tornou um dos nomes da cultura amazonense, e foi um de seus contribuintes, ainda hoje o Museu de Numismática do Amazonas conta com as peças da coleção levantada por Bernardo ao longo de século XIX, bem como a organização e catalogação são feitos seus também. O pesquisador Robério Braga (2017 p. 227) afirma que ele foi também um dos fundadores do Clube Republicano Amazonense, que desafiou “o conde D’Eu em sua curta passagem por Manaus em julho de 1889.

Sócio fundador e primeiro Orador do Instituto, Vivaldo Palma Lima, baiano, nascido em Salvador em 10 de abril de 1877, era médico, advogado, exerceu o jornalismo e foi deputado federal pelo Amazonas.

Além do exercício da medicina exerceu o magistério em diferentes instituições na Bahia e no Amazonas, lecionando Geografia e História, bem como exatas.

Chegou em Manaus em 1902 acompanhado da esposa a senhora Elvira Augusta Barahuna de Lima, Vivaldo naquela altura era médico da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

No ano de 1911, já residente em Manaus, torna-se bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Amazonas, da qual se tornou professor catedrático de Medicina Legal posteriormente.

Figura 03: Vivaldo Palma Lima

Fonte: Câmara dos Deputados.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130379>

Vivaldo Palma Lima foi o primeiro Orador Oficial do Instituto. Baiano de nascimento, veio florir e frutificar no Amazonas, aqui deixando os rebentos do sangue e os pomos de sua inteligência ensolarada, que se espalhava magnífica pela Medicina, pelas Ciências Jurídicas e Sociais, pela História, pela Geografia, pela Etnografia e Numismática. O museu da Arquidiocese de Manaus deve-lhe um mimo de arte, de sua própria autoria: um Cristo trabalhado em madeira, por ele oferecido ao saudoso e grande Bispo Dom João da Mata de Andrade e Amaral, de tão grata memória. (PINHEIRO, 25 de março de 1967. Discurso em separata. Acervo IGHA)

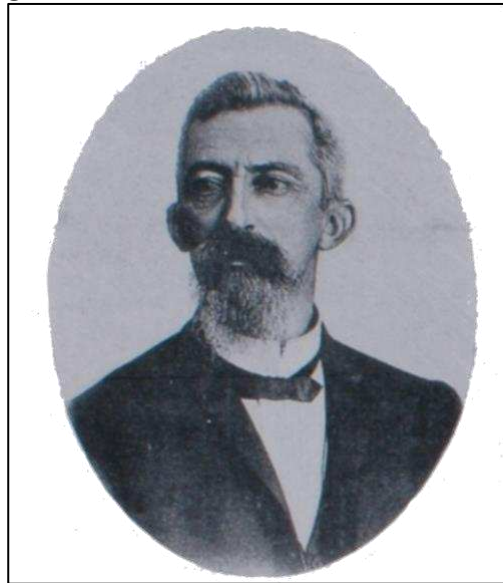
Homem de muitos préstimos e talento (médico, dentista, advogado e político), Vivaldo Palma Lima desenvolveu, com competência, diversas atividades, inclusive no campo esportivo. Por seu trabalho e incentivo ao esporte, fez jus à homenagem que inscreveu seu nome no estádio de futebol oficial de Manaus, construído em 1970 pelo então Governador Danilo de Mattos Areosa. Esse estádio, na época da construção, projeto de Severiano Mário Porto, recebeu prêmio de arquitetura.

Henrique Rubin, Secretário da primeira Diretoria do Instituto, foi jornalista combativo e advogado, embora provisionado. Poder-se-ia censurar, talvez, o extremado da paixão, que às vezes explodia em lavas candentes, como no caso concernente ao Padre Luís de França Tomé de Sousa, um dos Vigários da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Catedral de Manaus) [...] (PINHEIRO, 25 de março de 1967. Discurso em separata. Acervo IGHA)

Henrique Rubin, foi um proeminente jornalista, “ácido” segundo alguns autores, como Anísio Jobim apontam, assumiu diferentes funções, foi professor do Ginásio Pedro II foi também professor da Escola Universitária Livre de Manaus, e, “Inspector de Ensino” e, alguns anos mais tarde, Diretor Geral de Instrução Pública no período de 1926-1929, (FALCÃO. 2019. p. 93, 94)

De acordo com os apontamentos feitos por Anísio Jobim (1934. p. p. 124, 126) foi também um proeminente literato. “Pertence a geração antiga de jornalistas combatentes que terçavam armas com tanto mais empenho e ardor, quanto mais acesa ia à luta, para que mais cara, e por isso mesmo mais estimada lhe saísse a vitória. (JOBIM, 1934. p. 126), colaborou em periódico de excelência e longevidade especialmente no tradicional Jornal do Commercio que ainda se encontra em circulação. Também atuou nos jornais O Tempo, e o Diário do Amazonas, e, foi diretor do Diário Oficial do Estado.

Figura 04: Antônio Ribeiro Clemente Bittencourt



Acervo: IGHA

Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, primeiro tesoureiro do Instituto, nasceu em Manaus no dia 23 de novembro de 1853, filho do tenente José Ferreira Bittencourt e de Damiana Filipa de Sousa. Fez os primeiros estudos na cidade natal, com o professor Irênio Porfírio da Costa e outros professores particulares. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), alistou-se na tropa de Manaus, ali servindo como alferes de guarnição. Após servir o Exército, prestou concurso para o preenchimento de uma vaga de guarda aduaneiro em

Manaus, tendo sido aprovado em primeiro lugar. Permaneceu pouco tempo no cargo, por ter sido classificado, também em primeiro lugar, para o posto de amanuense da Secretaria Geral da província do Amazonas, onde iniciou longa carreira.

De acordo com o historiador Inoã Pierre Carvalho Urbinati (s/d p. 01) Antonio Bitencourt ingressou na política pelo Partido Democrata sendo deputado estadual no Amazonas por três mandatos. Teve uma intensa vida pública sendo oposição a diferentes cisões políticas, foi secretário-geral do Amazonas no governo de Silvério Nery (1900-1903).

Em 1903, com o apoio de Nery, foi eleito senador pelo Amazonas, mas sua vitória foi anulada pela Comissão dos Cinco, que, apoiada pelo político gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, deu a vitória a José da Costa Azevedo, o barão de Ladário, após acirrada disputa no plenário do Senado Federal. De volta ao Amazonas, foi indicado vice-governador do estado na chapa do coronel Antônio Constantino Nery, e assumiu o cargo em 23 de julho de 1904. Com o afastamento do titular, como se encontrasse oficialmente adoentado, em 19 de novembro de 1907 o governo amazonense foi assumido interinamente pelo presidente da Assembleia Legislativa, coronel Raimundo Afonso de Carvalho, que exerceu o cargo até o final do quadriênio, em julho de 1908. (URBINATI, s/d p. 01)

Em 1908, se tornou governador do Amazonas recebendo apoio do presidente da República Afonso Pena. Era um homem além da vida política ligado as letras e a cultura. No dia 15 de março de 1910, presidiu a sessão solene da instalação dos cursos da Escola Universitária Livre de Manaus, futura Universidade de Manaus, criada em 1909.

O seu governo foi marcado por turbulências e oposições. No dia 22 de dezembro de 1912, com o crescimento da oposição política foi deposto num golpe militar. Uma junta governativa policial-militar foi então estabelecida, integrada por José Onofre Cidade, Fragozo Monteiro e Amâncio Clementino Fernandes. No dia seguinte, o governo do Amazonas voltou a ser assumido por Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto. Este permaneceu no cargo até 1º de janeiro de 1913, quando tomou posse o novo governador Jônatas de Freitas Pedrosa, que permaneceria quatro anos à frente do Executivo amazonense. (URBINATI, s/d p. 02)

Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt foi o primeiro tesoureiro do Instituto Geográfico e Histórico. Espírito cultivado, devemos-lhe, entre outros trabalhos, duas monografias: “O Município de Lábrea”, publicado em 1918, “Memória Histórica sobre o Município de Parintins”, dado à estampa em 1924, folheto que tive o prazer de compulsar várias vezes, quando lá estive no desempenho de funções paroquiais. Governador do

Estado e homem público, sua maior glória reputo a de ter dado ao Amazonas e ao Brasil o seu grande filho Professor Agnello Bittencourt. (PINHEIRO, 25 de março de 1967. Discurso em separata. Acervo IGHA)

De personalidade forte, e política, Antonio Bittencourt foi um proeminente político e com sua presença empreendeu a instituição do IGHA, enquanto espaço de preservação arquivística sobre as questões amazônicas e amazonenses que se propõe o silogeu. Em ambas as monografias é possível verificarmos como a presença humana e a natureza geográfica da região do Baixo Rio Amazonas era constituída e como se dava a constante ocupação e alargamento destes atuais municípios apresentando assim que as questões e dimensões da pesquisa e escritos produzidos no IGHA estavam desde seu início para além da cidade de Manaus.

Figura 05: Agnello Bittencourt



Fonte: Acervo do IGHA

Agnello Bittencourt. Foi o primeiro Secretário desta Casa, que lamenta profundamente sua ausência, imposta por motivos superiores, conforme comunicação ao consócio André Jobim. Historiador, geógrafo e amazonólogo sobreeminente [sic], distinguiu - se sobretudo no Amazonas como professor e educador de coruscantes méritos, pondo a serviço da instrução pública nesta terra o fabuloso Eldorado da sua inteligência, da sua cultura e da sua extraordinária capacidade de trabalho. [...] Sua vasta bibliografia atesta-lhe e consagra-lhe seu devotamento à causa da cultura e às cousas do espírito, e ainda hoje à sua sombra se acolhem, como sob a fronde de um velho e vigoroso jequitibá, os estudantes, os jovens e todos quantos têm sede de saber, de retidão e de patriotismo. (PINHEIRO, 25 de março de 1967. Discurso em separata. Acervo IGHA)

É difícil resumir a vida e a obra de Agnello Bittencourt. Sua vida e obra se confunde com a história cultural e com a tradição da pesquisa sobre a Amazônia. Sem dúvidas foi um dos principais nomes da intelectualidade amazonense. Nascido em Manaus em 14 de dezembro de 1876, filho de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e Antônia de Andrada, dedicou-se a pesquisa geográfica e histórica em boa parte de sua vida. Geógrafo de excelência, amplo conhecedor dos regimes hídricos, topográficos e toponímicos do Amazonas, lecionou Geografia entorno de quarenta anos até sua aposentadoria no Ginásio Amazonense Pedro II de Manaus, no qual também foi diretor, além de ter sido também Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Amazonas. Atuou em diferentes frentes junto ao Serviço Nacional de Recenseamento (Censo de 1940).

Sua larga produção sobre a geografia do Amazonas é ainda hoje referência para melhor conhecimento sobre a região e seus estratos geográficos.

Para além da Geografia, Agnello escreveu sobre diferentes coisas que se entrelaçavam no eixo maior que era o Amazonas, escreveu sobre lendas, povos indígenas, a cidade de Manaus, topografia, hidrografia, literatura, intelectualidades, política e ações políticas, educação... soma-se a isso as diferentes conferências, e falas proferidas que só permaneceram nas memórias daqueles que as ouviram.

Muito provavelmente, diferente da maioria dos Institutos do gênero no Brasil que são Institutos Histórico e Geográfico, o IGHA, é Geográfico e Histórico possivelmente pelo prestígio de Agnello Bittencourt enquanto geógrafo.

A sede e o acervo: hemeroteca, centro de documentação, a biblioteca e o Museu

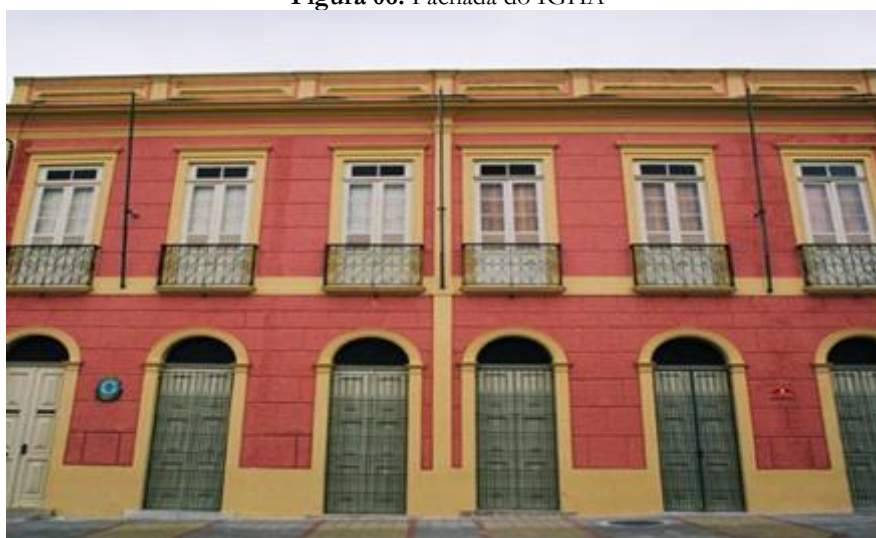
A sede do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, está localizado na área onde foi o núcleo de expansão da cidade; retrata em seu estilo arquitetônico o passado, constituindo-se num dos prédios mais antigos e significativos de Manaus.

Possuindo oito salas, sendo cinco no pavimento superior e três no térreo foi e continua sendo um dos centros de difusão cultural da cidade.

Seu Salão Nobre, denominado D. Pedro II, localiza-se na parte esquerda do edifício, no pavimento superior, com móveis tradicionais, de estilo, compondo um ambiente harmonioso, numa área de 7,4 por 13,35 metros quadrados. Seu piso é todo em pau-amarelo

e acapu, assim como de outras salas do IGHA. Possui no seu todo 150 peças, sendo elas, um piano H. Kohl com banqueta, dois abajures, um crucifixo, três ventiladores e duas tribunas, toda em madeira de lei, tendo ao centro púlpito, onde em reunião solenes, homenagens fúnebres, comemorações de datas significativas ou estatutárias, é ocupado pelo Presidente, o Primeiro e Segundo Secretários e o Orador do Instituto.

Figura 06: Fachada do IGHA



Fonte: Acervo do IGHA

Figura 07: Salão Nobre do IGHA



Foto: Roumen Koynov, 2021. Acervo: IGHA

Das oitenta cadeiras de braço com assento de palhinha, 66 são provenientes do Teatro Amazonas, recolhidas aqui antes de sua reforma. As quatro placas de mármore que são vistas nas suas paredes são homenagens à Rui Barbosa, D. Pedro II, ao 1º Centenário da Independência do Brasil e ao 1º Centenário de Nascimento de D. Pedro I, além da galeria dos antigos presidentes do IGHA, ao todo 14 retratos, sendo o primeiro de Bernardo Ramos, um dos participantes do grupo idealizador do Instituto, o seu primeiro Presidente.

O Salão Arthur Cesar Ferreira Reis, onde as terças e quintas feiras se realizavam as reuniões de Diretoria do IGHA, no horário das 18:30 às 20 horas. Localizado no pavimento superior do edifício, possui móveis, todos em estilo República Velha, compondo um ambiente sóbrio. São oito cadeiras de braço, duas mesas de reunião com 5 gavetas, específicas para cada membro da Diretoria e uma mesa provenientes da Câmara Municipal de Manaus, da época de fundação do Instituto.

Tem ainda, duas telas a óleo, “Princesa Isabel, a Redentora” e “D. Pedro II” foram pintadas por Aurélio Figueiredo, a primeira homenagem à Princesa Isabel, pela sua participação decisiva na Abolição dos Escravos no Brasil.

Figuras 08 e 09: Aspectos do Salão Arthur Cesar Ferreira Reis



Fotos: Roumen Koynov, 2021. Acervo: IGHA

As duas telas, de acordo com a pesquisa de Robério Braga (2020) são de autoria do pintor Aurélio de Figueiredo⁹, esteve em Manaus em diversas vezes, da sua passagem por Manaus em 1907, concordando com a pesquisa de Robério Braga (2020), restam as duas telas supracitadas, além de outras telas que se encontram noutras repartições da cidade de Manaus.

A Sala Agnello Bittencourt; hoje ocupada pela Administração do IGHA, possui área de 7.85 por 4.55 metros quadrados, na parte frontal do edifício. Seu mobiliário, compõe-se de escrivaninhas (4), dois armários de madeira, uma mesinha central, um vaso de porcelana, um busto de D. Pedro II, além de uma placa em comemoração a vinda do Presidente Washington Luiz ao IGHA.

A Biblioteca denominada Ramayana Chevalier, funciona nos Salões João Rebello Corrêa e Manoel Anísio Jobim, e encontra-se atualmente em fase de reestruturação. Seu acervo inclui assuntos variados e obras raras, abrangendo desde História e Geografia Geral e do Brasil, Literatura Brasileira e Estrangeira, Direito, Belas Artes, Fotografia, Desportos, Filologia, Música, Ciências Aplicadas, Medicina, Tecnologia, Geologia, Biologia, Filosofia, Religião, Enciclopédias, Publicações periódicas, entre outras.

Figura 10: Biblioteca Ramayana Chevalier



Fotos: Roumen Koynov, 2021. Acervo: IGHA

⁹ Irmão mais novo do pintor Pedro Américo, Aurélio nasceu no Rio de Janeiro em 09 de abril de 1916. Pintou retratos, paisagens, cenas de gênero, como seu famoso "Último Baile da Ilha Fiscal", 1905. Era ligado a Academia Imperial de Belas Artes, onde estudou, e fez parte do movimento romântico na pintura.

No andar térreo do prédio do Instituto encontra-se o Museu Crisantho Jobim, instalado nos Salões André Vidal de Araújo e Idelfonso Pinheiro, além da reserva técnica, que funciona no Salão Rodolfo Guimarães Valle.

Entre as peças do acervo do museu destacam-se as urnas funerárias de cerâmica. Algumas com características antropomorfas, apresentando desenho geométricos em vermelho e preto, e outras mais simples, sem ornamentos, dentre estas, uma com ossos humanos. Os muiraquitãs de pedra possuem um sentido mágico religioso, e variam de acordo com o tamanho do animal lapidado.

As manifestações culturais trazidas na música e na dança é uma constante no cotidiano indígena. Entre os inúmeros e criativos instrumentos produzidos por eles temos a flauta de osso de animal e de madeira, maracás, e em especial, o murucu - instrumento de ritmo usado pelos tuxauas que comanda as danças. As máscaras de dança são usadas em todas as comemorações. Além das pinturas sobre o corpo os índios utilizam adornos de origem animal e vegetal, como colares, tangas, pulseiras, brincos e as belíssimas plumagens. Um dos destaques do Museu é a maquete representação da Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro (figura 13), uma apresentação daquilo que seria o local onde se deu as origens da área da atual cidade de Manaus.

Figuras 11 e 12: aspectos do Museu Crisantho Jobim



Fotos: Roumen Koynov, 2021. Acervo: IGHA

Figura 13: Maquete/representação da Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro



Foto: BRAGA, 2023

Este espaço, no térreo compreendendo o Museu e seu acervo atualmente encontram fechado para obras de restaura e reparos técnicos, arquitetônicos e prediais.

Considerações Finais

Ao longo desses 107 anos desde sua fundação, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA, segue com sua missão de promoção da História e da Geografia e das ciências correlatas em diferentes semânticas de pesquisa. É constante o uso por parte dos associados e da comunidade geral que constantemente busca no acervo do Instituto bases e fontes históricas para fundamentar suas pesquisas.

A presença das pesquisadoras e dos pesquisadores de diferentes níveis acadêmicos e de diferentes áreas, é constante.

Periodicamente o IGHA mereceu e recebeu elementos e instalações condizentes com a modernização em suas instalações, móveis e equipamentos de serviços. Algumas pessoas de projeção visitaram o Instituto e consta em nossos registros como em 1926 o presidente da república Washington Luíz Pereira de Souza, em 1927 alguns membros

descendentes da família de Pedro II, e o sociólogo Gilberto Freyre que proferiu uma conferência em 1981.

É constante também a inserção de novos associados e novas composições nos quadros do IGHA, a inserção de mulheres também segue constante a cada vez mais intensa a atuação e presença feminina no Instituto.

Atualmente a Diretoria possui a seguinte composição:

Presidente: José dos Santos Pereira Braga

1º Vice-presidente: Francisco Gomes da Silva

2º Vice-presidente: Humberto Figliuolo 3

3º Vice-presidente: Marita Socorro Monteiro

Secretário Geral: José Geraldo Xavier dos Anjos

1º Secretário: Lourenço dos Santos Pereira Braga

Oradora Oficial: Marilene Corrêa da Silva

Orador Adjunto: Elson Bentes Farias

Tesoureiro: Paulo Fernando de Brito Feitoza

Tesoureiro Adjunto: Pedro Lucas Lindoso

O Instituto fundado a 25 de março de 1917 mantém-se atuando em suas atribuições e auxiliando pesquisadores e pesquisadoras em suas pesquisas sobre a Amazônia. Por fim, nesse texto, breve, procuramos apresentar ao leitor a leitora um pouco da trajetória do nosso IGHA, que se tornou um local de memórias e um produtor da História e da Geografia do Amazonas. Em anexo a esse texto, apresentamos a Ata da Fundação, lavrada naquele 25 de março de 1917.

Referências

ANJOS, José Geraldo Xavier dos. **A Memória Amazonense: o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA**. Manaus (texto não publicado), 2023.

BRAGA, Robério. Quase posfácio. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**. Volume I, ano I, Nº I, Manaus: Imprensa Pública. 2017, p. 226-7. Edição Comemorativa.

BRAGA, Robério. Aurélio de Figueiredo. **Robério Braga**. 2020. Disponível em: <https://roberiobraga.com.br/glossary/aurelio-de-figueiredo/>. acesso em 01 de outubro de 2024.

BRITO, Rosa Mendonça de. **100 anos UFAM**. Manaus: EDUA, 2011.

BURNS, E. Bradford. **Manaus, 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Trad. de Ruy Alencar. Manaus: Editora Artenova limitada, 1966.

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil**: a retórica como chave de leitura. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 1, n. 1, p. 123–152, jan. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001003>

CASTRO, Mavignier de Castro. **Síntese histórica e sentimental da evolução de Manaus**. Manaus: Tipografia Fenix, 1948

CHASTEEN, Jhon Charles. **América Latina**: Uma História de Sangue e Fogo. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1010): dirigindo os olhares. **Escritos** (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 5, p. 141, 2011.

COSTA, Deusa. **Quando viver ameaça à ordem urbana**: trabalhadores urbanos de Manaus (1890-1915). Manaus: Valer, 2016.

DAOU, Ana Maria. **A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueiras**: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

DIAS, Edínea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus, 1890-1920. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

ESTADO DO AMAZONAS. Mensagem lida perante a Assembléa Legislativa na Abertura da Segunda Sessão Ordinária da Nona Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, a a 10 de julho de 1917. Manáos-Amazonas. Secção de Obras da Imprensa Publica, 1917. Acervo: IGHA

FALCÃO, Charles Maciel. O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e os itinerários da construção de um campo intelectual em Manaus-Am. **Dissertação, mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, UFAM, 2019.

JOBIM, Anísio. **A intelectualidade no extremo norte**: contribuições para a história da literatura no Amazonas. Manaus: Livraria Clássica, 1934.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. 307.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**: a França no século XIX. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais**: Espetáculos da Modernidade do Século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PINHEIRO, Maria Luíza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros**: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas EDUA, 2003.

PINHEIRO, Maria Luíza Ugarte. **Folhas do Norte**: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920). Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, Raimundo Nonato. 25 de março de 1967. Discurso do Orador Oficial do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas IGHA, por ocasião do Cinquentenário do Instituto. Documento em separata. Acervo IGHA

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912). 3ª. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010. v. 1.

URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro. Verbetes. **CPDOC**. s/d. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BITTENCOURT,%20Ant%C3%B4nio%20Clemente%20Ribeiro.pdf>

ANEXO

Ata de fundação

Aos treze dias do mês de Maio do ano de Mil Novecentos e Dezessete, nesta cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, no salão nobre da Assembleia Legislativa do Estado, onde se achavam presentes os excelentíssimos senhores doutor Pedro de Alcantara Bacellar, Governador do Estado, representado pelo seu Secretario doutor Hamilton Alcorão, doutor Antonio Ayres de Almeida Freitas, Superintendente Municipal da capital; Padre José Thomaz, representando o senhor Bispo Diocesano, Vice-Presidente deste Instituto; doutores José Francisco de Araujo Lima, Diretor da Instrução Publica, Elviro Dantas Cavalcante, Antonio Telles de Sousa e Francisco de Paula Faria e Sousa, representantes da Universidade de Manaus, Vicente Telles de Sousa Junior, Diretor da Escola Normal; doutores Astrolabio Passos, Diretor Geral da Universidade de Manaus e do Instituto Benjamin Constant e José de Freitas Bastos, Chefe de Polícia; desembargador Benjamin de Sousa Rubim, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado, desembargadores, consules de diversas nações, representantes da União Acadêmica Amazonense, Funcionários Públicos Federais, Estaduais e Municipais, excelentíssimos senhores e demais pessoas gradas Aberta a sessão, usa da palavra o excelentíssimo senhor coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos e convida o excelentíssimo senhor doutor Hamilton Mourão, representante do excelentíssimo senhor doutor Governador, para presidir que aceitando a incumbência faz elogiosas referências ao Amazonas que muito cooperou para que se festejasse a data de hoje, ao Instituto, pelos alevantados fins a que se propõe como representante do Governo do Estado, afirma que este não descurará do progresso e desenvolvimento desta instituição, que viverá sob os auspícios do Governo do Amazonas. Em seguida, dá a palavra ao Presidente do Instituto, que profere substancioso e eloquente discurso. Presidente dá a palavra ao Orador Oficial, doutor Vivaldo Palma Lima, que diz um belo discurso. Ambos os oradores são calorosamente aplaudidos.

O senhor coronel João Baptista de Faria e Sousa, delegado do Instituto Histórico Geographico do Brasil, apresentou credenciais á Mesa para representar nesta solenidade as associações congêneres do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe. Nada mais havendo a tratar, o representante do excelentíssimo senhor doutor Governador declara

solenemente inaugurado o Instituto Geographico e Histórico do Amazonas, do que para constar lavro esta ata.

Eu, Gentil Bittencourt, servindo de segundo Secretario, a escrevi, subscrevo e assigno.-(aa) Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, doutor Hamilton Mourão, doutor Ayres de Almeida, padre José Thomaz, José da Silva Castanheiro, doutor Alfredo da Matta, doutor Raymundo de Carvalho Palhano, Raul de Azevedo, doutor Manoel Miranda Simões, doutor Gilberto Frignani, doutor Themistocles Pinheiro Gadelha, Nicoláo Tolentino professor Manoel de Miranda Leão, doutor Antonino de Miranda Corrêa, doutor José Chevalier Carneiro de Almeida, Raul Antony, desembargador José Lucas Raposo da Câmara, Eurique Zegarra, tenente José Jorge, capitão Arthur Feliciano Pinheiro da Silva, desembargador Benjamin de Sousa Rubim, doutor Luciano Pereira da Silva, doutor Jorge de Moraes, José M.de Castello Branco, Octaviano S. Soriano de Mello, Eugenio José do Nascimento, Herculano Cavalcante Filho, doutor José de Freitas Bastos, doutor Paulo Eleutherio, doutor Joaquim Vidal Pessôa, Hugo Ohliger, doutor Fulgencio Vidal, Marques de Stephano, doutor Raymundo Rocha dos Santos, Gaspar Vidal Guimarães, Bernardino Valle, Joao Baptista de Faria e Sousa, douto-Francisco Lopes Braga, doutor Jonathas Fernandes, José Collaço Veras, Jacintho Silva Gomes, José Antonio de Lima Ruas, F.P. de Faria e Sousa, A. Sobreira Lima, Silverio de Sousa Carvalho, Pedro S.de Mello, Juvencio de Oliveira França, Nilo Baptista, Abdalla Shlank, Lydia Augusta Simões, Vivaldo Lima Filho, Joaquim Gondim de Albuquerque Lins,doutor Vivaldo Palma Lima, Oswaldo Lima, José A.de Moraes Teixeira, Julião Barroso Ramos, doutor Ignacio Moerbeck, Alfredo da Silva e Costa, Agnello Bittencourt, Gentil Bittencourt.

Recebido em: 03 de outubro de 2024

Aprovado em: 21 de outubro de 2024